

"Não é sempre que
lemos um livro que
detona tudo que foi
falado sobre drogas.
Parte relato, parte
demolidor de mitos,
uma leitura fascinante."

Huffington Post

CARL HART
UM PREÇO
MUITO ALTO

A JORNADA DE UM NEUROCIENTISTA QUE
DESAFIA NOSSA VISÃO SOBRE AS DROGAS

Carl Hart

Um preço muito alto

A jornada de um neurocientista
que desafia nossa visão sobre as drogas

Tradução:
Clóvis Marques

Para Damon e Malakai.

“Os intelectuais ... que tiveram a coragem de expressar sua discordância muitas vezes pagaram um preço muito alto.”

TAHAR BEN JELLOUN

“Aquilo que o torna excepcional, se esse é o caso, inevitavelmente é também o que o torna solitário.”

LORRAINE HANSBERRY

Sumário

Advertência

Prefácio

1. De onde venho

2. Antes e depois

3. Big Mama

4. Educação sexual

5. Rap e recompensas

6. Drogas e armas

7. Escolhas e oportunidades

8. Treinamento básico

9. “Nosso lar é onde está o ódio”

10. O labirinto

11. Wyoming

12. Ainda e sempre um neguinho

13. O comportamento dos sujeitos humanos

14. De volta para casa

15. O novo crack

16. Em busca da salvação

17. Uma política de drogas baseada em fatos, não em ficção

Notas

Agradecimentos

Advertência

Muitas vezes me perguntam por que escrevi *este* livro, que revela detalhes íntimos e pessoais de minha vida. Afinal, sou professor de neuropsicofarmacologia, treinado para fazer pesquisas e ensinar um seleto grupo de alunos a respeito de drogas, comportamento e cérebro. E há poucas coisas tão importantes para mim quanto minha privacidade. Assim, decerto não escrevi o livro porque achasse que as pessoas deviam saber mais sobre minha vida privada – a grande quantidade de informações de caráter pessoal reveladas nestas páginas me causa muita ansiedade. Tampouco o escrevi para preconizar o uso de drogas ilegais – o que seria um enorme desperdício de minha formação, de meu talento e capacidade. Hoje, mais de 20 milhões de americanos consomem drogas ilegais regularmente. Parece bastante claro que não precisam do meu estímulo.

O principal motivo para escrever este livro é mostrar ao público de que maneira a histeria emocional decorrente da péssima informação a respeito das drogas ilegais encobre os verdadeiros problemas enfrentados pelas pessoas marginalizadas, o que também contribui para graves equívocos na utilização de recursos públicos já bastante limitados. Para esclarecer as questões relevantes – entre elas, comportamentos humanos inadequados e políticas públicas equivocadas –, recorro a casos da vida real, em particular de minha própria vida. Espero que isso ajude o leitor a aprender pelo exemplo e a passar depois às generalizações. Mas também reconheço que é fácil formular ideias inexatas quando se recorre apenas a casos de caráter pessoal. Assim, além dos exemplos extraídos da vida real, vali-me, ao longo do livro, do conhecimento científico a respeito da mente, do cérebro e do comportamento humanos, na tentativa de diminuir a probabilidade de que o leitor tire conclusões precipitadas.

Para ser o mais rigoroso possível, visitei parentes e amigos, gravei o que tinham a dizer. Os nomes de algumas dessas pessoas foram alterados para proteger sua privacidade. Depois de absorver as informações obtidas nessas entrevistas, eu me encontrava com a escritora Maia Szalavitz, que me ajudou a montar uma narrativa interessante e digerível para o público em geral. Sou muito grato por sua ajuda em explicar descobertas científicas e princípios complexos para um público leigo, mas assumo plenamente a responsabilidade por qualquer

vagueza que tenha resultado dessa simplificação de materiais tão complicados.

Espero que depois de ler este livro você não pense a respeito das drogas em termos de magia ou demonização, sem qualquer fundamento em fatos comprovados. Como poderá ver nas páginas que se seguem, essa ideia errônea levou a uma situação na qual prevalece o objetivo absurdo de eliminar o uso de drogas ilegais a qualquer custo, independentemente do preço que isso representa para os grupos marginalizados. Espero que, pelo contrário, você, leitor, se torne capaz de refletir de maneira mais objetiva e crítica sobre a infinidade de questões relacionadas ao uso de drogas ilegais, entendendo que, se pusermos em prática o que já aprendemos a partir dos comportamentos humanos, seremos capazes de mudá-los.

Prefácio

“O paradoxo da educação é exatamente este: à medida que alguém começa a se tornar consciente, passa também a examinar a sociedade em que está sendo educado.”

JAMES BALDWIN

O ESTREITO TUBO DE VIDRO ficou cheio de uma etérea fumaça branca. Era espessa o bastante para dar uma boa onda, mas ainda assim tinha aquele aspecto transparente que distingue a fumaça do crack da fumaça de cigarro ou de um baseado de maconha. O fumante tinha 39 anos, um homem negro que trabalhava como vendedor de livros numa banca de rua. Fechou os olhos e recostou-se no surrado couro da cadeira de escritório, prendendo a respiração para manter a droga nos pulmões pelo maior tempo possível. Por fim, expirou, com um sorriso de serenidade no rosto, os olhos fechados para saborear o êxtase.

Cerca de quinze minutos depois, o computador informou que outra dose estava disponível.

– Não, obrigado, doutor – disse ele, erguendo ligeiramente a mão esquerda. Pressionou então a barra de espaço no Mac, exatamente como fora treinado a fazer para comunicar sua escolha.

Embora eu não soubesse ao certo se ele estava ingerindo cocaína ou placebo, sabia que a experiência corria bem. Lá estava aquele *brother* de meia-idade, que muita gente etiquetaria como “cracudo”, um sujeito que fumava sua pedrinha pelo menos quatro ou cinco vezes por semana, dizendo não para uma dose perfeitamente legal de algo que muito provavelmente era cocaína farmacêutica 100% pura. Na versão cinematográfica, ele já estaria pedindo outra dose segundos depois da primeira, com os olhos esbugalhados, ameaçando – ou implorando –, desesperado.

Mas o fato é que o homem simplesmente recusara com toda a calma, pois preferia receber US\$ 5 em dinheiro. Ele tinha examinado a dose de cocaína antes, durante a sessão. Sabia o que iria receber em lugar do dinheiro. Comparando os US\$ 5 a algo que, segundo vim a saber depois, era apenas uma

dose baixa de autêntica cocaína crack, ele preferiu a grana.

Enquanto isso, lá estava eu, outro negro, criado num dos bairros mais problemáticos de Miami, e que, com a mesma facilidade, podia ter acabado vendendo cocaína nas ruas. Em vez disso, eu usava um jaleco branco e recebia verbas do governo federal para fornecer cocaína no contexto de minha pesquisa, realizada com a finalidade de entender os verdadeiros efeitos das drogas sobre o comportamento e a fisiologia do usuário. O ano era 1999.

Nessa experiência específica, eu tentava compreender de que maneira os usuários de crack reagem diante da possibilidade de escolher entre a droga e um “estímulo alternativo”, outro tipo de recompensa – no caso, dinheiro vivo. Será que alguma outra coisa lhes seria igualmente valiosa? No tranquilo ambiente de um laboratório, onde os participantes viviam numa ala fechada, com a oportunidade de ganhar mais do que costumavam receber na rua, qualquer dose de crack seria aceita, ainda que fossem mínimas? Ou será que eles se mostrariam seletivos na hora de curtir algum barato? A oferta de vales para a aquisição de mercadorias seria tão eficaz quanto a oferta de dinheiro para alterar seu comportamento? O que iria influir em suas escolhas?

Antes de me tornar pesquisador, essas não eram perguntas que passavam pela minha cabeça. Estamos lidando com viciados em drogas, diria eu. Qualquer que fosse a situação, eles fariam o que estivesse ao alcance para consumir tantas drogas quanto possível, sempre que possível. Eu pensava neles nos mesmos termos depreciativos com que eram apresentados em filmes que eu havia visto, como *New Jack City* e *Febre da selva*, e em canções como “Night of the living baseheads”, do Public Enemy. Vira alguns dos meus primos se transformarem em meras sombras do que tinham sido, e botava a culpa no crack. Nessa época, eu achava que os usuários de drogas não eram capazes de tomar decisões racionais, especialmente a respeito do consumo dessas drogas, pois seu cérebro tinha sido alterado ou danificado por elas.

Os participantes da pesquisa que eu realizava deviam ter um impulso muito forte para usar drogas. Eram consumidores de crack experientes e contumazes, gastavam nisso entre US\$ 100 e US\$ 500 por semana. Recrutamos deliberadamente pessoas que não buscavam tratamento, pois achávamos que não seria ético dar cocaína a alguém que tivesse manifestado o desejo de parar.

O vendedor de livros estava sentado num pequeno quarto vazio do Columbia-Presbyterian Hospital (atualmente New York-Presbyterian), no *upper* Manhattan; o cachimbo de cocaína fora aceso por uma enfermeira que também ajudava a verificar seus sinais vitais durante a pesquisa. Eu o observava e a vários outros, em quartos semelhantes, por um vidro espelhado atrás do qual eu

não era visto. Eles sabiam que eram observados. E muitas vezes seguidas esses consumidores de drogas continuavam a desmontar as expectativas convencionais.

Nenhum deles rastejava pelo chão, raspando partículas brancas para tentar cheirá-las. Ninguém falava descontroladamente nem se mostrava muito agitado. Nenhum deles tampouco implorava por mais, – e absolutamente nenhum dos usuários de cocaína que estudei tornou-se alguma vez violento. Os resultados eram semelhantes para os usuários de metanfetamina. Eles desmentiam os estereótipos. A equipe da ala onde os participantes do meu estudo sobre drogas viveram por várias semanas de testes nem sequer conseguia distingui-los de outras pessoas que lá se encontravam para estudos de condições muito menos estigmatizadas, como doenças cardíacas e diabetes.

Àquela altura de minha carreira, esse comportamento demolidor de mitos não era mais uma surpresa – por mais estranho e improvável que pareça para muitos americanos acostumados com informações sobre programas antidrogas, como o Drug Abuse Resistance Education (Dare), e anúncios de televisão do tipo “Eis o que as drogas causam ao seu cérebro”. As reações dos participantes do meu estudo – assim como as das dezenas de participantes de outras pesquisas feitas por nós e por outros pesquisadores em todo o país – começavam a trazer à tona verdades importantes. Não só sobre a cocaína crack e o vício, mas sobre como o cérebro funciona e a maneira como o prazer afeta o comportamento humano. Não apenas sobre drogas, mas sobre os modos de funcionamento da ciência e do que podemos aprender quando empregamos métodos científicos rigorosos. A pesquisa começava a revelar o que está por trás das escolhas e dos processos decisórios em geral, e como essas escolhas também são fortemente influenciadas por outros fatores, mesmo que as pessoas estejam sob o efeito de drogas.

Essas experiências, claro, eram potencialmente polêmicas. Eu podia ser apresentado nos tabloides como “um traficante financiado pelos contribuintes, fornecendo aos ‘cracudos’ e aos ‘zumbis da metanfetamina’ o que eles querem”.

Em minhas publicações acadêmicas, contudo, eu tentava manter os elementos sensacionais ocultos sob o manto e a linguagem fria da ciência. Já publicara dezenas de artigos em periódicos importantes, recebera prestigiosas bolsas e recursos muito visados para realizar pesquisas e fora convidado a participar de influentes comissões científicas. Sou coautor de um conceituado manual que se transformou no principal texto sobre drogas adotado no ensino universitário; e fui premiado pelos meus cursos na Universidade Columbia. No entanto, ao longo de minha carreira, sempre tentei evitar polêmicas, temendo que

elas pudessem me desviar do trabalho que eu tanto amava.

Mas afinal me conscientizei de que não podia me manter calado. Boa parte do que temos feito em termos de educação, tratamento e políticas públicas no terreno das drogas está em desacordo com os dados científicos. Levando em conta o que tenho visto no laboratório e lido na bibliografia científica, não posso deixar de me pronunciar. Valendo-me de dados empíricos, e não apenas de casos pessoais ou especulações, preciso debater os reflexos de meu trabalho fora do contexto isolado e cauteloso das publicações científicas, meu ofício habitual. No fundo, boa parte do que achamos que sabemos a respeito de drogas, vício e escolhas possíveis está errada. E o meu trabalho – assim como a minha vida – mostra por quê.

Enquanto acompanhava os participantes do estudo, comecei a pensar no que levava cada um de nós a lugares tão diferentes. Por que era eu que estava de jaleco branco, e não o consumidor de crack no cubículo? O que nos tornava diferentes? Como eu tinha escapado dos bairros problemáticos nos quais havia crescido e da vida adulta marcada por drogas, prisão, morte violenta e caos, enfrentada por tantos amigos de infância e membros de minha família? Por que eu me tornara professor de psicologia em Columbia, especializado em neuropsicofarmacologia? O que me levava a fazer escolhas tão diferentes?

Essas perguntas me assediavam de modo ainda mais insistente no fim do ano, enquanto eu continuava a realizar essas experiências. Às vezes, observando os usuários de drogas enquanto decidiam se tomavam mais uma dose, eu não podia me impedir de pensar em certas escolhas que tinha feito na juventude. A letra de “Trouble man”, de Marvin Gaye, passava pela minha cabeça, especialmente os versos que falam de crescer em circunstâncias difíceis, para afinal virar a mesa e chegar lá. Em geral, eu tentava manter meu passado bem distante. Mas aquela parte de minha vida me fora trazida de volta de forma inevitável e chocante naquela primavera.

Numa manhã de março de 2000, fui despertado muito cedo por alguém batendo forte na porta de meu apartamento no Bronx. Eram cerca de 6h, e eu estava na cama com minha mulher. Tínhamos um filho pequeno, Damon, prestes a completar cinco anos. Vários meses antes, eu fora promovido a professor-assistente em Columbia. A vida corria bem. Como costumamos dizer lá em casa, eu estava na boa. Mas também sabia que a notícia do meu sucesso havia chegado às ruas do sul da Flórida. Na verdade, recebera havia pouco tempo uma carta que me pareceu absurda, de um tribunal da Flórida, alegando que eu era pai de um menino de dezesseis anos. As batidas na porta ficaram mais insistentes.

Quando abri, dei de cara com um sujeito branco, de pescoço largo, usando

um terno apertado e um distintivo. Ele me entregou um documento oficial e disse que eu tinha de comparecer perante um juiz. Como vim a saber depois, a mãe do adolescente tinha tomado a decisão de entrar com um processo de reconhecimento de paternidade. É embaraçoso, mas eu nem sequer sabia o sobrenome da moça. No entanto, no outono de 1982, quando eu tinha quinze e ela dezesseis anos, passáramos uma noite juntos. Aos poucos comecei a me lembrar, e logo veio uma vaga imagem do momento em que ela deu o sinal para que eu entrasse pela janela, a fim de que a mãe não soubesse que eu estava lá.

Como ficou comprovado pelo teste de DNA, eu a engravidara naquela noite. Antes de entrar para a Força Aérea Americana, morei no bairro de Carol City, em Miami, e nas proximidades (locais cheios de armas e drogas, conhecidos pelos fãs de hip-hop como o lugar de origem do rapper Rick Ross e seu Carol City Cartel), mas ela nunca me falara da possibilidade de eu ser o pai de seu filho. Nem nunca me passara pela cabeça perguntar qualquer coisa a respeito, pois eu já havia adotado esse tipo de comportamento antes, sem conseqüências dignas de nota.

Mas foi dessa maneira abrupta que descobri que tinha um filho que nem conhecia – e que estava sendo criado no lugar do qual tanto me esforçara por fugir. Mais um filho negro de uma mãe solteira adolescente. No início, fiquei furioso, horrorizado e confuso. Achava que pelo menos aquele erro eu tinha conseguido evitar. Fazia o melhor possível para criar o filho que eu tinha, e conhecia, numa família de classe média perfeitamente constituída. Não acreditava naquilo. Nem sabia o que fazer. Superado o choque inicial, fiquei consternado só de imaginar como deve ter sido horrível para meu filho crescer sem conhecer o pai. E isso me levou a pensar em como eu tinha conseguido progredir.

Eu pretendia ensinar aos meus filhos tudo que eu mesmo não sabia ao crescer com uma mãe sozinha lutando arduamente pela vida, cercado de pessoas limitadas pela falta de conhecimento. Queria que eles frequentassem boas escolas, que soubessem negociar com as possíveis ciladas advindas do fato de serem negros nos Estados Unidos, que não tivessem de viver ou morrer para provar na rua que eram “machos”. Também queria mostrar, pelo meu exemplo pessoal, que experiências ruins como aquelas pelas quais eu tinha passado na infância não definem se a pessoa é autenticamente negra.

E agora ficara sabendo que um de meus filhos – um menino cujo nome era Tobias – havia crescido durante dezesseis anos da mesma forma que eu, mas sem dispor das ferramentas de conhecimento duramente alcançadas, e que eu agora podia oferecer.

Eu também viria a descobrir depois que ele havia tomado exatamente o caminho que eu mais temia. Parou de estudar, teve vários filhos com mulheres diferentes, vendera drogas e supostamente havia atirado numa pessoa. O que eu poderia dizer a meus filhos sobre o jeito que dei para escapar das ruas? Minha experiência e meu conhecimento seriam capazes de ajudar a modificar a trajetória de Tobias? Como o garoto negro que eu era, numa turma especial para alunos com “dificuldades de aprendizado”, na escola elementar, chegara a lecionar numa das melhores universidades do país?

Embora hoje eu lamente esse tipo de comportamento, tal como meu filho recém-descoberto, eu tinha vendido drogas e portara armas. Tinha me divertido bastante com as meninas. Bancara o DJ nos riques de patinação e ginásios de Miami, apresentando-me com rappers como Run-DMC e Luther Campbell, então no começo de carreira, e me abaixando quando começavam os tiros. Vira de perto, pela primeira vez, as consequências do que a polícia chama de homicídio “envolvendo drogas” quando tinha apenas doze anos. Perdi meu primeiro amigo para a violência armada depois desses acontecimentos. Na verdade, meus primos Michael e Anthony haviam roubado da própria mãe, e eu achava que eles tinham um comportamento condenável assim porque eram “viciados em crack”.

Pude ver o que aconteceu quando o crack se implantou pela primeira vez nas comunidades negras pobres de Miami. Dando crédito às interpretações da mídia e aos mitos das ruas sobre todas essas experiências, eu adotara uma visão equivocada das coisas. Ironicamente, tudo isso pode ter me ajudado em certos momentos, como veremos. O mais das vezes, contudo, essas eram ilusões que me impediam, e a tantos outros na minha comunidade, de aprender a pensar de maneira crítica.

Como é que eu, agora, em plena consciência, podia estudar o flagelo que é essa droga e até oferecê-la aos meus próprios pesquisados num laboratório? Na ordem geral das coisas, o que podia ser tão diferente entre o que eu fazia em minha pesquisa e aquilo que podia levar Tobias a ser preso?

As respostas estão na minha história e na ciência, revelando a verdade oculta sobre os efeitos reais das drogas e das escolhas que nossa sociedade faz nesse terreno. Ao investigar de que maneira esses mitos e forças sociais moldaram minha infância e minha carreira, podemos gradualmente reduzir a desinformação, que estimula as chamadas epidemias de drogas e nos leva a tomar iniciativas que prejudicam as pessoas e as comunidades às quais supostamente deveríamos ajudar.

^a *Brother*: na gíria americana, denota “irmão de raça”. (N.T.)

1. De onde venho

“Nosso país sempre lutou para saber como deveria lidar com as pessoas pobres e de cor. ... Tivemos uma guerra à pobreza que nunca chegou realmente a lutar contra a pobreza.”

MAXINE WATERS

O QUE CHEGOU A MIM FORAM os sons: meu pai gritando “Vou te matar, piranha”, minha mãe se esgoelando, o horrível barulho surdo de carne batendo em carne, com força. Eu estava jogando alguma coisa num tabuleiro – provavelmente Operation ou algo parecido – com três de minhas irmãs no quarto que compartilhava com meu irmão menor, Ray. Ele tinha três anos, era muito pequeno para jogar, mas eu estava de olho nele, para não haver problemas. O inclemente sol de Miami se punha, e dava para perceber que a briga estava ficando feia, porque meus pais tinham passado do quarto, onde tentavam manter as coisas numa esfera privada, para a sala, onde valia tudo.

Era uma noite de sexta-feira ou sábado, e eu tinha seis anos.

Logo passamos a ouvir objetos grandes jogados contra a parede, vidros quebrados, longos gritos lancinantes. Eu percebi que a noite ia ser daquelas quando minha irmã mais velha, Jackie, saiu e voltou para casa. Então com treze anos, Jackie era filha do companheiro anterior de minha mãe, nascida quando ela tinha dezoito anos, antes de meus pais se conhecerem e se casarem. Morava com Vovó, nossa avó materna, mas em suas frequentes visitas a nossa casa Jackie às vezes conseguia impedir que meus pais se digladiassem.

Mas não dessa vez. Talvez ela tivesse percebido o que estava para acontecer. A coisa foi pior do que nunca, pior até que nas vezes em que os vizinhos tinham chamado a polícia. Em 1972 – muito antes de *The Burning Bed*, com Farrah Fawcett, muito antes de O.J. Simpson e Nicole^b –, os tribunais relutavam em julgar casos de violência doméstica, em parte porque não queriam encarcerar a principal fonte de renda da família, o que deixaria as mulheres e os filhos ao relento. Por conseguinte, esse tipo de violência era um comportamento

tolerado, e não se limitava às famílias negras. A polícia chegava e conversava com meu pai. Às vezes mandava que ele saísse por um tempo para esfriar a cabeça, mas nunca o detinha. Os policiais encaravam aquilo como uma questão particular, algo a ser resolvido entre marido e mulher. Eu ficava aliviado quando eles acabavam com o berreiro, mas não entendia por que as brigas não paravam.

Minhas irmãs cochicharam umas com as outras por uma fração de segundo, pegaram os menores pela mão e foram nos empurrando pela sala de estar até o quintal. Patricia, então com nove anos, ficou para trás. Ela sempre tentava bancar a pacificadora, assim como a irmã maior, Jackie. Os gritos e barulhos terríveis continuavam. Beverly, de dez anos, e Joyce, de sete, tentaram me tirar dali o mais rápido possível, mas eu ainda pude ver meu pai batendo em minha mãe com um martelo. A mesa de centro de vidro, que ficava em frente ao sofá, foi estilhaçada. Cacos por toda parte. O leão de cerâmica da porta da frente, que certa vez me rendera uma bronca por tê-lo deixado cair, exibia suas garras numa ameaça vazia.

Fiquei paralisado, mas minhas irmãs me arrastaram. Martin Luther King e JFK, nas fotos penduradas na parede da sala de estar, pareciam mortos nas molduras. Enquanto corríamos, olhei para trás e vi minha mãe caindo, ensanguentada, junto à porta que dava da sala de estar para o quintal. O que se fixou na lembrança foi o horror daquele momento. Todo o resto é desconexo, como que refletido nos estilhaços de vidro.

– Mamãe está morta! – gritou uma das meninas. – Mamãe está morta!

– Carl matou mamãe – disse outra irmã. Na minha família, nunca chamávamos nosso pai de papai, usando apenas seu prenome, por motivos hoje perdidos na história da família.

– Carl bateu na cabeça dela com o martelo! – berrava Beverly, a terceira das irmãs em ordem cronológica.

Alguém telefonou para a emergência, provavelmente o vizinho do lado, que em outras ocasiões já tinha feito esse tipo de chamada. Chegou uma ambulância, e minha mãe foi levada para o hospital. Lá pelas tantas, o pai dela, que chamávamos de Pop, veio nos buscar e nos levou para a casa de nossa avó materna. Mas ninguém me disse o que minha mãe tinha nem fez qualquer comentário sobre o que estava acontecendo. Tampouco me ocorreu perguntar. Na nossa família, ninguém fazia esse tipo de pergunta. Só fiquei sabendo que estava viva quando ela apareceu alguns dias depois, com uma rosca negra ao redor dos olhos e um dos braços enfaixado.

Não havia crack na vida da nossa família. Essa droga só surgiria na década de 1980, e eu nasci em 1966. Tampouco havia cocaína em pó ou heroína. Mas o

álcool decididamente fazia parte daquele caos. Meu pai nunca bebia durante a semana. Mas nos fins de semana se soltava, para compensar o isolamento social e cultural do trabalho como gerente de um depósito. Na época, ele era um dos dois empregados negros da empresa, e o único em cargo administrativo. O uísque com Coca-Cola era a recompensa, e as noites de sexta-feira, o momento de curtir na esquina com os amigos. As piores brigas dos meus pais ocorriam nos fins de semana. Em sua maioria, na sexta-feira ou no sábado à noite, quando ele estava bêbado, ou no domingo, quando estava de ressaca. Por conseguinte, ao contrário do que acontecia em geral com as crianças em idade escolar, meus irmãos e eu detestávamos os fins de semana. Minha mãe, Mary, bebia quando havia gente bebendo, mas no seu caso o álcool não era uma fuga, como para meu pai. Ela bebia socialmente, enquanto ele bebia para se drogar e desfrutar o efeito desinibidor do álcool.

Meu irmão Ray (à direita) e eu no domingo de Páscoa de 1972.

No entanto, apesar da presença do álcool, eu hoje sei que ele não era a verdadeira origem dos nossos problemas. Como cientista, aprendi a desconfiar das causas atribuídas às dificuldades enfrentadas pela minha família, vivendo inicialmente numa comunidade operária e mais tarde numa comunidade pobre. Fatores simples como bebida e drogas poucas vezes contam a história toda. Na verdade, como sabemos pela experiência com o álcool, o hábito de beber, em si mesmo, não é um problema para a maioria das pessoas. Como veremos, o mesmo se aplica às drogas ilegais, inclusive as que aprendemos a temer, como o crack e a heroína.

Embora eu pudesse contar minha história sem destacar o que vim a aprender sobre essas questões, isso serviria apenas para perpetuar as interpretações equivocadas que ainda prevalecem em nossa maneira de encarar a questão. Para entender realmente de onde eu venho, é necessário compreender onde eu fui parar – e de que maneira as ideias equivocadas sobre drogas, vício e raça distorcem nossa visão de vidas como a minha e, portanto, o tratamento que tais questões merecem por parte de nossa sociedade.

Em primeiro lugar, para entender a natureza de influências como o álcool e as drogas ilegais, precisamos definir muito bem a verdadeira natureza dos problemas a eles relacionados. O fato de alguém fazer uso de drogas, ainda que regularmente, não significa que seja “viciado”. Não significa sequer que essa pessoa tenha um problema com as drogas.

Para atender à definição mais amplamente aceita de vício – a que se encontra no manual psiquiátrico *Diagnostic and Statistical Manual of Mental*

Disorders, ou *DSM* –, a utilização que uma pessoa faz das drogas deve interferir em funções vitais importantes, como os cuidados com os filhos, o trabalho e as relações íntimas. O uso deve prosseguir, apesar das consequências negativas, de ocupar muito tempo e energia mental, e persistir, não obstante renovadas tentativas de parar ou diminuir. Também pode incluir a experiência de precisar mais da mesma droga para conseguir o mesmo efeito (tolerância) e sofrer sintomas de crise de abstinência com a súbita suspensão do uso.

Entretanto, mais de 75% dos usuários de drogas – façam eles uso de álcool, remédios ou drogas ilegais – não enfrentam esse problema.⁴ Na verdade, as pesquisas demonstram reiteradamente que essas questões afetam apenas entre 10 e 25% daqueles que experimentam até as drogas mais estigmatizadas, como heroína e crack. Neste livro, quando falo de vício, refiro-me sempre a esse tipo de uso problemático, que interfere com o desempenho das atividades da pessoa – e não apenas à ingestão de uma substância com regularidade.

Por que, então, nossa imagem do usuário de drogas ilegais é tão negativa? Por que achamos que o uso de drogas significa vício e que o principal resultado do consumo de drogas é a degradação? Por que estamos sempre prontos para culpar as drogas ilícitas por problemas sociais como criminalidade e violência doméstica?

Uma das coisas que pretendo aqui é examinar de modo crítico a visão que temos das drogas e de seus usuários; o papel que a política racial tem desempenhado nessa percepção; e de que maneira isso levou a táticas de combate às drogas que se revelaram particularmente contraproducentes nas comunidades pobres. Quero examinar a maneira como atribuímos causas aos atos das pessoas e deixamos de reconhecer a complexidade das influências que nos conduzem pelos caminhos que tomamos na vida. Busco explorar os dados de pesquisas em geral usados para apoiar argumentos sobre drogas, vício e racismo, revelando o que eles podem e não podem nos dizer sobre essas questões. Analisando como esses problemas afetaram minha própria vida, espero ajudar o leitor a entender de que maneira certas ideias equivocadas atrapalham as tentativas de melhorar a educação e as políticas relacionadas às drogas.

Mas antes de prosseguir preciso também definir com clareza outro conceito: *racismo*. A palavra tem sido tão mal-empregada e diluída que se perde de vista seu caráter pernicioso. O racismo é a crença de que diferenças sociais e culturais entre grupos são herdadas e imutáveis, tornando certos grupos inalteravelmente superiores a outros. Se tais ideias já são nocivas o bastante na mente dos indivíduos, dano maior é causado quando influenciam o comportamento institucional, por exemplo, nas escolas, no sistema judicial e nos meios de

comunicação. O racismo institucionalizado muitas vezes é mais insidioso e de difícil abordagem que o racismo de indivíduos isolados, pois não há um vilão específico para se culpar, e os líderes institucionais podem recorrer a respostas prontas ou adiar indefinidamente uma intervenção decisiva. Espero contribuir aqui para esclarecer como isso funciona – mas nem de longe quero dar a impressão de que estou enfatizando demais sua força ou exagerando quando recorro ao conceito. O que tenho em mente é exatamente o papel que a crença na inferioridade racial inata desempenha na determinação dos comportamentos de grupo.

Examinando de perto todos esses fatores, espero entender que forças me tolhiam em minhas primeiras experiências educacionais e o que me compelia para adiante; quais exigências precoces eram positivas e quais eram negativas; o que aconteceu por acaso e o que representou uma escolha; e o que ajuda ou prejudica as crianças que se defrontam com o mesmo tipo de caos em que eu vivia. O que me permitiu – mas não a muitos de meus parentes e amigos – escapar do desemprego crônico e da pobreza, evitando a prisão? Serei capaz de transmitir a meus filhos as ferramentas que funcionaram comigo? De que maneira as drogas e outras fontes de prazer interagem com fatores culturais e ambientais, como o racismo institucionalizado e a carência econômica?

Muito cedo se tornou claro para mim que as coisas com frequência são muito diferentes da maneira como se apresentam na superfície; que as pessoas mostram faces muito diversificadas no trabalho, na igreja, em casa e com aqueles que mais amam. Essa complexidade também é encontrada em certas interpretações dos dados de pesquisa. Para nós, cidadãos numa sociedade em que tantas pessoas com projetos diferentes tentam se acobertar sob o manto da ciência, é importante pensar de maneira crítica a respeito da informação que é apresentada como científica, pois às vezes até as pessoas mais bem-intencionadas podem se deixar enganar.

Quero explorar com você o que aprendi, em especial a importância das comprovações empíricas – vale dizer, das provas que decorrem diretamente de experiências ou observações mensuráveis –, para entender questões como as drogas e o vício. É importante notar que esse tipo de prova é confiável, e que as experiências são concebidas com o objetivo de evitar equívocos e distorções decorrentes do exame de um ou dois casos que talvez não sejam típicos. O contrário da prova empírica é a informação episódica, incapaz de nos dizer se as histórias ouvidas constituem discrepâncias ou casos comuns. Muitas pessoas recorrem a histórias pessoais envolvendo experiências com drogas para tentar entender que efeitos elas têm ou deixam de ter, como se fossem casos

representativos ou dados científicos. Mas não são. É fácil se confundir quando não se dispõe de ferramentas específicas de pensamento crítico, como a compreensão dos diferentes tipos de provas e argumentos. Vou compartilhar essas ferramentas ao longo deste livro.

Dito isso, o que posso afirmar como certo é que no meu bairro, muito antes da introdução do crack, diversas famílias já eram dilaceradas pelo racismo institucionalizado, a pobreza e outras forças. Em seu clássico livro *World of Our Fathers*, Irving Howe lembrou que a patologia constatada em bairros como o meu não é exclusividade de comunidades negras. Nos primeiros tempos da imigração, muitas famílias de origem judaica, chegadas da Europa Oriental, eram desestabilizadas ao enfrentar a hostilidade de outros grupos e a pobreza, que obrigavam seus integrantes a trabalhar em horários diferentes, impossibilitando-os de conviver em casa. Alguns eram obrigados a ocultar ou abandonar suas crenças religiosas e seus costumes até para conseguir empregos pouco valorizados. Não surpreende, assim, que muitas comunidades de imigrantes judeus, nos primeiros tempos, vivessem às voltas com questões como criminalidade, mulheres abandonadas pelos maridos, prostituição, delinquência juvenil *etc.* Quando coisas assim aconteciam no meu bairro, nas décadas de 1980 e 1990, a culpa era posta no crack. Por exemplo, embora muitas vezes se responsabilize o crack pelo tratamento negligente ou o abandono dos filhos, ou pelo fato de as avós serem obrigadas a criar uma segunda geração de crianças, todas essas coisas aconteciam na minha família muito antes de o crack chegar às ruas. Minha mãe, que nunca foi alcoólatra nem viciada em qualquer coisa, deixou que eu e seus outros filhos fôssemos criados pelos pais dela por mais de dois anos, durante minha primeira infância. Alguns dos meus irmãos nem chegaram a ser criados por minha mãe. Minhas tias maternas também recorriam frequentemente a minha avó para longos períodos de criação dos filhos. Mas nenhum desses parentes jamais tocou em cocaína nem teve qualquer outro vício.

Embora a política de guerra à pobreza promovida por Lyndon Johnson contribuísse para diminuir o percentual de famílias negras vivendo na pobreza de 55% para 34%, entre 1959 e 1969,² esse avanço começou a ser revertido durante minha infância. Na década de 1970, o desemprego dos homens negros em meio urbano aumentou, chegando a 20% em 1980.³ O índice relativo aos negros sempre foi, pelo menos, o dobro do referente aos brancos – e constata-se nos diferentes estudos que essa proporção tende a persistir mesmo quando os negros são tão qualificados quanto os brancos ou mais.

E assim, agravando esse flagrante exemplo de racismo institucionalizado, o desemprego fomentado pela recessão industrial e os cortes nos serviços sociais

durante o governo do presidente Ronald Reagan geraram comunidades vulneráveis. Os altos índices de desemprego eram relacionados ao aumento do uso de crack; mas em geral não se menciona que eles antecederam, e não sucederam, a utilização da droga. Embora o uso de crack seja responsabilizado por tantos problemas, a compreensão da verdadeira cadeia causal envolvida nesse processo tem sido profundamente equivocada.

Na verdade, boa parte do que não tem dado certo na maneira como lidamos com a questão das drogas tem a ver com o mau entendimento de causas e efeitos, responsabilizando-se as drogas pelos efeitos das políticas relativas a drogas, da pobreza, do racismo institucionalizado e de muitos outros fatores não tão óbvios. Uma das lições mais fundamentais da ciência é que uma correlação ou vínculo entre fatores não significa necessariamente que um dos fatores é causa do outro. Infelizmente, esse importante princípio raras vezes tem informado as políticas relativas às drogas. Na verdade, provas empíricas muitas vezes são ignoradas na formulação das políticas.

É isso que veremos claramente ao examinar as penalidades adotadas nos casos de crack e cocaína em pó e ao explorar a falta de correlação entre gastos com ordem pública e prisões, uso de drogas e índices de vício. O crack, por exemplo, nunca chegou a ser usado por mais de 5% dos adolescentes, grupo que apresenta maior risco de se viciar. O risco de vício é muito maior quando o uso de drogas tem início no começo da adolescência do que na idade adulta. O uso diário de crack – padrão que evidencia maior risco de vício – nunca chegou a afetar mais de 0,2% dos universitários do último ano. O aumento de 3.500% nos gastos de combate às drogas entre 1970 e 2011 não teve efeito no uso diário de maconha, heroína ou qualquer tipo de cocaína. E embora o crack fosse considerado em grande parte um problema das comunidades negras, na verdade é maior a probabilidade de uso por brancos, segundo estatísticas nacionais.⁴

Quando fui informado pela primeira vez dos índices de utilização do crack e da raça da maioria de seus usuários – entre as muitas outras falsas alegações a respeito da droga –, sentime completamente traído. Eu me percebia vítima de uma fraude colossal, cometida não só contra mim, mas contra todo o povo americano. Para entender a minha história, não precisamos apenas compreender os resultados de uma política, mas também analisar determinadas formas pelas quais as estratégias de combate ao uso de drogas vieram a ser usadas para fins políticos.

Como explica Michelle Alexander com brilhantismo no magistral *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*, as políticas americanas de combate ao uso de drogas muitas vezes encobrem

deliberadamente certos objetivos políticos. A utilização das políticas relativas às drogas para “mandar uma mensagem” a respeito da questão racial era um elemento básico da famigerada “estratégia sulista” republicana adotada por Richard Nixon. A estratégia buscava conquistar o Sul para os republicanos, explorando o medo dos brancos e o ódio aos negros na sequência da política de apoio dos democratas ao movimento pelos direitos civis. Ela transformou palavras como *crime*, *drogas* e *urbano* em códigos denotando “negros”, aos olhos de muitos brancos. Por conseguinte, legitimou políticas que na superfície pareciam infensas ao preconceito de cor, mas na realidade resultavam em aumento dos casos de encarceramento de negros e na negação de seus direitos civis. Embora governos posteriores dessem prosseguimento à suposta guerra às drogas sem necessariamente compartilhar as mesmas metas, os resultados continuavam tendenciosos.

Na verdade, todos os resultados dessas políticas – o desperdício do potencial dos que estavam por trás das grades, o dilaceramento das famílias, a violência constatada no tráfico de drogas e até os altos índices de desemprego entre homens negros – logo eram atribuídos à própria natureza do crack. Eu mesmo cheguei a concordar com esse ponto de vista quando estava na faixa dos vinte anos, muito embora, como veremos, minha experiência me devesse ter levado a questioná-lo. Na verdade, esses problemas eram agravados ou criados por escolhas políticas na esfera econômica e da justiça criminal. As decisões políticas e os equívocos a respeito dos perigos das drogas devastaram minha geração, embora nós mesmos fôssemos culpados por esses resultados. Antes de me tornar cientista, eu mesmo estava nessa.

Enquanto isso, os verdadeiros problemas que haviam tornado nossas comunidades vulneráveis a muitas doenças sociais continuavam ausentes do debate público e ignorados. Eles são visíveis em histórias como a minha, mas só se você souber em que direção olhar e como pensar criteriosamente sobre o problema. Levei muitos anos para entendê-lo. Por infortúnio, muitas pessoas – sejam elas negras ou brancas – compraram a ideia de que o crack era a causa principal de nossos problemas, e que era possível contribuir para resolvê-los construindo novas prisões e impondo sentenças mais pesadas.

Hoje, embora o crack não seja mais uma preocupação central dos políticos ou dos meios de comunicação, $\frac{1}{3}$ dos negros de sexo masculino nascidos depois de 2000 passará pela prisão se não mudarmos drasticamente de rumo.⁵ Meu filho mais novo, Malakai, está nessa faixa etária, e eu remexo mundos e fundos para protegê-lo ao denunciar a injustiça dessa situação.

Naturalmente, as crianças não têm uma compreensão das forças mais

amplas que determinam o rumo de suas vidas – e eu decerto não sabia o que estava acontecendo na passagem da década de 1970 para 1980, quando o tsunami das transformações econômicas, políticas e judiciárias começou a dilacerar a vida de todo mundo ao meu redor. Na verdade, eu estava sendo deseducado em relação a praticamente tudo que dizia respeito a drogas, criminalidade e causas dos conflitos nos bairros problemáticos, inclusive os atos de violência doméstica que logo viriam a desmontar minha família.

^b *The Burning Bed*: filme sobre violência doméstica, com Farrah Fawcett, feito para a TV, em 1984; O.J. Simpson: jogador de futebol americano que assassinou a mulher, Nicole, e o amigo Richard Goldman, em 1994, num caso que ocupou grande espaço na mídia. (N.T.)

2. Antes e depois

“They fuck you up, your mum and dad.
They may not mean to, but they do.
They fill you with the faults they had
And add some extra, just for you.”^c

PHILIP LARKIN

QUANDO VOLTOU DO HOSPITAL, depois da briga com meu pai, minha mãe parecia estar se recuperando depressa. Nós víamos as ataduras e sabíamos que não podíamos dizer nada. Esperávamos que aquilo tudo tivesse acabado. Mas embora a briga com o martelo não fosse a última, meus pais viriam a se separar e divorciar não muito tempo depois. Curiosamente, contudo, embora eu tivesse pensado que meu pai tinha matado minha mãe, antes de ela voltar do hospital, não me lembro de ter sentido sua falta ou de me preocupar com ela.

Talvez eu simplesmente tivesse reprimido o sentimento, por ser muito doloroso. Ou então a coisa se resolveu de outra maneira. Por exemplo, na minha família, depois da separação dos meus pais, aos poucos paramos de chamá-la de “mamãe” ou “mãe”. Na minha adolescência, começamos a chamá-la de “MH”, designação que eu lhe dera, influenciado pela maneira como o personagem de desenho animado George Jetson, dos *Jetsons*, se referia ao patrão, usando as iniciais.

Olhando em retrospecto, acho que foi uma espécie de distanciamento, um desejo de lhe negar os nomes afetuosos que outras pessoas dão às suas mães. Pois o fato é que, sob muitos aspectos, durante boa parte da minha infância, apesar de seus melhores esforços, ela não estava presente. Após a separação dos meus pais, minha mãe passou dois anos e meio em Nova York, longe de todos os filhos. Hoje eu sei que ela partiu em busca de um salário maior, para nos proporcionar uma vida melhor. Mas na época sabia apenas que estávamos espalhados pela casa de vários parentes.

Sem dúvida eu devo ter sofrido com sua partida, mas não cheguei a verbalizar. Nós nunca sabíamos quando ela ia embora e quando voltaria. Minhas

irmãs agora dizem que se sentiam órfãs. Eu me dou conta de que este também era o meu sentimento. Mas na época não compartilhávamos nossos sentimentos. Acho que durante anos alimentei rancor em relação a minha mãe, pois não podia admitir nem para mim mesmo o quanto me sentira magoado.

Já aos seis anos eu aprendera a esconder meus sentimentos, assim como toda vulnerabilidade ou carência. Achava então que era a única forma de me proteger de outras mágoas, de ser realmente o homem da casa. Tinha começado a compartimentalizar, o que viria a se revelar uma habilidade decisiva para minha sobrevivência emocional, para que a coisa funcionasse e nem para mim mesmo eu revelasse a maior parte dos meus sentimentos. Ainda hoje luto, nas relações que estabeleço, com os “efeitos colaterais” negativos dessa reação às condições da minha infância.

Às vezes me surpreendo achando que revelei informações pessoais demais a alguém de quem gosto, preocupando-me porque podem ser usadas contra mim. Com frequência reconheço que meus temores não têm base, mas os comportamentos arraigados são difíceis de mudar, quer envolvam o uso de drogas ou qualquer outro tipo de ferramenta emocional de adaptação.

E hoje, quando vejo meninos de seis anos, não consigo deixar de pensar o quanto as crianças dessa idade são vulneráveis. Percebo que devo ter ficado arrasado, mas na época eu achava que precisava ser durão. Era o único jeito que eu conhecia de enfrentar a situação.



MH e Carl numa reunião de família no verão de 1978, cerca de seis anos depois do divórcio.

Mas não quero culpar ou julgar meus pais: eles enfrentaram desafios muito sérios, de que eu consegui escapar no início da idade adulta. Antes de chegarem aos 29 anos, meus pais já tinham oito filhos. Deram muito duro, economizaram e tinham comprado uma bela casa. Sua capacidade de cuidar dos filhos era limitada pela própria educação que receberam. Meu pai, por exemplo, perdera o pai de câncer quando estava com dezessete anos, tendo recebido orientação masculina muito limitada na juventude. Apesar disso, meus pais eram muito trabalhadores e faziam o que consideravam ser melhor para nós. Durante anos minha mãe trabalhou no turno da noite como ajudante de enfermagem, se esforçando para sustentar os filhos. Infelizmente, os empregos que a aceitavam não costumavam pagar um salário decente.

Em contraste, ao chegar à mesma idade, eu possuía apenas um filho (que eu soubesse) e estava para receber meu título de doutorado, tinha à minha disposição recursos com os quais eles nem sequer podiam sonhar. Seria fácil dizer que meus pais fizeram escolhas erradas. Na realidade, é impossível entender sua experiência e o início da minha vida sem avaliar devidamente o contexto.

Assim, tentando deixar de lado a falta que sentia da minha mãe, concentrei minha atenção no desejo de ficar com meu pai, quando eles se separaram pela primeira vez. Ainda menino, quase desde o nascimento, meu comportamento era determinado pelo conceito de masculinidade que prevalecia na minha família. Por exemplo, quando ajudava meu pai a cortar grama ou a consertar o carro, eu ganhava afagos na cabeça ou recebia algum outro tipo de estímulo. Na psicologia comportamental, esse processo se chama reforço. Quanto mais imediata ao comportamento for a recompensa ou o reforço,⁴ mais robusto e frequente esse comportamento se torna em situações semelhantes. Assim, logo aprendi que o que devia fazer era imitar meu pai.

Em contraste, eu era estimulado a brincar com minhas irmãs quando muito pequeno, mas esse comportamento já não era reforçado à medida que eu crescia. Isso não era visto como atividade masculina adequada para um menino em desenvolvimento. Aos poucos parei de brincar com elas, porque a atitude não era recompensada. Esse processo é conhecido como extinção. Os comportamentos reforçados, mas que deixam de gerar elogios ou recompensas, acabam interrompidos, e foi o que aconteceu com meu envolvimento nas atividades de minhas irmãs.

Da mesma forma, embora minhas irmãs fossem reconfortadas e acalmadas pelos adultos quando choravam ou expressavam tristeza na infância, meus irmãos e eu logo aprendemos, pelo exemplo e pela experiência, que demonstrar esse tipo de vulnerabilidade não era um comportamento masculino adequado. Quando minhas irmãs se mostravam emocionalmente expressivas, isso era reforçado. No entanto, na família, os meninos eram punidos quando adotavam esse tipo de comportamento, o que diminuía a probabilidade de que chorássemos em situações semelhantes. Como acontece com o reforço, a punição imediatamente após o comportamento é mais eficaz. Como se sabe, o castigo é o uso de experiências dissuasivas – como repreensões, palmadas e outras maneiras de infligir dor – para diminuir a incidência de certas atitudes.

Eu não sabia na época, mas estava sendo condicionado pelas consequências do meu comportamento. Pelos trabalhos de B.F. Skinner e outros, eu viria a saber depois como esses reforços e castigos sutis e nem tão sutis influenciam

profundamente nossos atos. Na época, contudo, sabia apenas que o que eu tinha de fazer, e o que eu queria fazer, era me tornar um homem. E a melhor maneira de fazê-lo era observar e copiar meu xará, Carl. Eu queria passar todo tempo possível na companhia de meu pai, para receber aquelas recompensas e não ser punido, tentando tornar-me a pessoa que eu deveria ser. Ele me tratava como se eu fosse o centro de seu mundo. Ensinou-me a cortar grama, a lavar e consertar um carro, e quando eu quis o tão cobiçado revólver Daisy BB, ele o comprou. Com o amor incondicional de uma criança, eu não via contradição em idolatrar o homem que espancava minha mãe e a expulsara de casa.

Tampouco gostava de algumas das alternativas com que me defrontaria caso meus pais se separassem e eu não pudesse ficar com ele. Minha tia Louise – que chamávamos de Weezy – talvez não gostasse da ideia de receber um ou mais filhos da irmã. Quando de fato fomos para sua casa – e durante toda a infância eu acabaria ficando lá, esporadicamente, por períodos de várias semanas –, às vezes sentíamos como se ela descarregasse suas frustrações em nós. Por exemplo, seus filhos mereciam tratamento preferencial. Quando havia alguma briga ou desentendimento com os primos, nós raramente contávamos com o benefício da dúvida. Minha irmã Joyce dizia sentir-se como Cinderela, enquanto morávamos lá, com uma madrasta malvada e meias-irmãs traiçoeiras. Embora certas coisas no modo como Weezy nos tratava certamente decorressem da falta de dinheiro e da sobrecarga de trabalho, não eram algo que crianças pudessem entender. Nós percebíamos apenas que não éramos desejados ali.

E tinha também a casa da minha avó materna. Sempre havia pelo menos seis netos morando com Vovó em Hollywood, Flórida, dormindo sobre espessos cobertores no chão. Minha mãe não era a única das três irmãs que recorria à própria mãe para cuidar dos filhos por longos períodos – mas com certeza o fazia com frequência. Já mencionei que minha irmã mais velha, Jackie, vivia com minha avó. Meu irmão Gary, que era apenas dezessete meses mais moço que eu, também tinha ali residência permanente. Fui mandado para a casa de Vovó antes mesmo do divórcio dos meus pais. Embora estivesse habituado a compartilhar o espaço com meia dúzia de outras crianças, na casa dela eu não me sentia à vontade, não era bem-vindo. Na verdade, estava longe de ser seu neto favorito.

Pelo contrário, tive a experiência de alguns atos de nítida hostilidade da parte da minha avó materna. Ela era uma mulher rude do campo, criada numa fazenda em Eutawville, Carolina do Sul. Minha mãe também foi criada ali, numa das regiões mais rurais do Sul. Meus avós tinham se mudado com a família para a Flórida em 1957, pouco antes de minha mãe completar dezessete anos. Foi cinco anos depois de Willie-Lee, irmão da minha mãe, então com quinze anos,

ser escoiceado até a morte por uma mula. Minha avó simplesmente não conseguia mais suportar a fazenda. Tinha passado praticamente a vida toda trabalhando no campo e enfrentando o preconceito de brancos e negros, por ter a pele já negra ainda mais escurecida pelo trabalho ao sol. Era uma mulher alta, de 1,80 metro, e usava sempre os cabelos longos e grisalhos partidos ao meio. Seu tom de pele natural era o mesmo marrom profundo que o meu.

Embora Vovó sempre nos garantisse lugar para ficar, uma de minhas lembranças mais vívidas é sua afirmação de que eu era exatamente igual a meu pai. Como ele, eu tinha maus modos, era teimoso, egoísta e grosseiro. Como ele, repetia Vovó, nunca ia prestar para nada. Pensando bem, não chega a surpreender que uma mãe encarasse o homem que espancava sua filha, e que acabou por abandoná-la com oito crianças pequenas, como um sujeito ruim. Na infância, contudo, eu não via isso. Sentia apenas rejeição. E, por mais que eu tentasse negar, ela doía.

Eu também percebia que Vovó – como quase toda a América branca e, infelizmente, alguns negros também – parecia associar o mau comportamento de meu pai à sua condição de negro. Um homem com a pele escura como ele nunca poderia ter sido realmente bom para sua filha, achava ela, embora sua própria pele também fosse escura. A sua Mary merecia coisa melhor. Como minha pele era negra como a de meu pai, isso foi algo que literalmente obscureceu nossa relação.

Muito se escreveu sobre o fato de o racismo com frequência transformar suas vítimas em criminosos, sobre como é difícil viver num mundo que odeia as pessoas que têm a cor de sua pele e não permitir que isso contamine suas relações com negros e brancos. Depois, quando li a afirmação de Nietzsche, de que “aquele que combate monstros deve tomar cuidado para não se transformar em monstro também”, entendi perfeitamente o que ele queria dizer. O combate contra preconceitos e distorções também pode nos distorcer, não raro, sem que o percebamos. Na primeira infância, repetidas vezes eu constatava o quanto minha avó privilegiava as crianças com pele mais clara, elogiando-as e ao mesmo tempo punindo ou ignorando as de pele escura. O condicionamento era insidioso.

Não sei se minha avó tinha consciência desse comportamento, mas decerto ele refletia o modo como ela havia sido tratada. Todos nós éramos moldados por esses comportamentos e atitudes antes mesmo de saber que eles existiam. Eu não seria capaz de descrever – como tampouco minha avó – minhas primeiras experiências com o racismo. Ele é algo tão disseminado que seria como tentar lembrar como aprendemos a falar. Sabemos que houve uma época em que não

PRÉVIA GRATUITA · OFERTA POR TEMPO LIMITADO

Você chegou ao fim desta prévia.

Continue lendo "Um Preço Muito Alto - A Jornada de Um..."
e mais de 1 milhão de livros — de graça por 30 dias.

★★★★★ Mais de 1 milhão de leitores já aproveitam

Com o Kindle Unlimited, sua leitura não tem fim:

- ✓ Leia à vontade — explore mais de 1 milhão de títulos sem pagar por livro.
- ✓ Leve para qualquer lugar — baixe o app gratuito e leia onde e quando quiser.
- ✓ Em qualquer tela — celular, tablet, computador ou Kindle — você escolhe.
- ✓ Grandes autores — best-sellers e novos talentos, inclusive títulos em inglês.

COMEÇAR MEUS 30 DIAS GRÁTIS

Cobrança só após o período grátis.

- ✓ Pagamento seguro
- ✓ Acesso imediato
- ✓ Cancele quando quiser

Não precisa ter um Kindle: baixe o app gratuito e comece a ler agora.

Se não quiser ler no aplicativo Kindle, compre o livro [clikando aqui](#).